

# Desafios no/do Percurso Metodológico de Mulheres Pesquisadora: Reflexões Subversivas da Ideia de uma Ciência Neutra

Eneida Santiago

## RESUMO

Este artigo problematiza especificidades da pesquisa científica realizada por mulheres. Em aproximações etnográficas, discutimos a noção de gênero e recolhemos perspectivas metodológicas que denunciam a neutralidade científica como engodo reforçador de uma ciência que privilegia o masculino. Posteriormente, olhamos os desafios de ser pesquisadora em contextos atravessados por discursos masculinos, tais como o contexto prisional, cenário ilustrativo e fomentador de nossos questionamentos, que são colocados em diálogos com a literatura que traz situações em que o desafio da pesquisa ampliou-se ou transformou-se por ser uma pesquisadora em campo e não um pesquisador. Na sequência, no âmbito da produção de conhecimento, colocamos em destaque como questões de gênero podem atravessar relações e processos acadêmicos. Por fim, assumimos como principal consideração deste texto a questão “se não existe uma vida sem gênero, por que deveria haver uma ciência sem gênero?”, tornando-se evidente a necessidade de ampliarmos e fortalecermos os fundamentos epistemológicos, metodológicos e acadêmicos que promovam a subversão da ideia de uma pesquisa neutra.

*Palavras-chave:* Metodologia; Gênero; Trabalho de Campo; Metodologia Feminina; Etnografia.

## ABSTRACT

### Challenges in/of the Methodological Course of Researching Women: Subversive Reflections of the Idea of Neutral Science

**Abstract:** This article discusses specificities of scientific research conducted by women. In ethnographic approaches, we discuss the notion of gender and gather methodological perspectives that denounce scientific neutrality as a reinforcing decoy of a science that privileges the masculine. Subsequently, we look at the challenges of being a researcher in contexts crossed by male discourses, such as the prison context, an illustrative scenario and fomentor of our questions, which are placed in dialogues with the literature that brings situations in which the research challenge has expanded or She became a researcher in the field, not a researcher. Next, in the context of knowledge production, we highlight how gender issues can cross academic relationships and processes. Finally, we take as the main consideration of this text the question “If there is no genderless life, why should there be a science without gender?”, making evident the need to expand and strengthen the epistemological, methodological and academic foundations that promote the subversion of the idea of neutral research.

*Key words:* Methodology; Gender; Field Work; Feminist Methodology; Ethnography.

## Sobre a Autora

E. S.  
<http://orcid.org/0000-0002-5296-4341>  
Universidade Estadual de Londrina  
[esantiago@uel.br](mailto:esantiago@uel.br)

## Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



Este artigo teórico se propõe problematizar especificidades e percalços da pesquisa científica realizada por mulheres. Recorte este ainda pouco abarcado nos espaços acadêmicos de debates e formação teórica e metodológica para a investigação científica. Em aproximações etnográficas, partiremos de experiências da própria autora, a qual possui cerca de uma década e meia de realização de pesquisas teóricas e interventivas em instituições prisionais, docente, supervisora de estágio de formação em psicologia e orientadora de pesquisas na graduação e pós-graduação lato e stricto sensu<sup>1</sup>. Os dados aqui considerados são reflexões e vivências registradas em diários de campo, notas e manuscritos pessoais permanentes de processos de ensino, coordenações e orientações de pesquisas no ensino superior, especialmente na área de saúde coletiva.

Metodologicamente, assumimos a perspectiva etnográfica em exercícios de aproximações de arquivos pessoais, dos quais recortamos experiências que problematizamos a partir de estudos de gênero, bem como de escritos antropológicos. A etnografia é um modo de pesquisar caro para a antropologia por propiciar acessos e elaborações teóricas de variadas vivências no mundo a partir de situações particulares. Esse exercício exige sensibilidade e cuidado daquele que olhará tais vivências e estabelecerá com elas diálogos entre teorias acadêmicas e experiências singulares de caráter social, subjetivo e cultural (Peirano, 1995), sem excluí-las, contudo, de uma totalidade com a qual mantêm relacionamentos, mas buscando interpretações a partir de elementos externos a elas. Desta forma, a etnografia realiza estudos sobre casos e não estudos de caso (Sato & Souza, 2001, destaques das autoras). Para além da antropologia, a perspectiva etnográfica, em toda sua riqueza e pertinência, empresta suas elaborações, como instrumental para o estudo, a compreensão dos significados e construção de conhecimentos sempre a partir dos significados atribuídos localmente a fenômenos e questões diversas, a muitas das quais a psicologia tem se dedicado (Santiago, 2019; Sato & Souza, 2001).

Como possibilidade de uso da perspectiva etnográfica está a etnografia em arquivos pessoais. Cunha (2004) afirma que os arquivos pessoais devem ser considerados como construções culturais que oportunizam entendimentos de narrativas profissionais produzidas a partir de diálogos entre, de um lado, sensibilidade, subjetividade e olhar analítico e, de outro lado, autoridade profissional, em arranjos singulares produzidos a partir do encontro e da troca com as pessoas por parte daquele que, posteriormente, fará registros. Historicamente, entre os mé-

todos de construção de informações e análise de dados utilizados na pesquisa social está o uso de cadernos de notas dos pesquisadores, diários pessoais, cartas, bilhetes e outras formas de registro não científicos que não são necessariamente produzidos no campo, mas a partir das experiências do campo. Escritos como recurso de invocação das memórias, esses materiais não são constituídos para serem publicados ou compartilhados em meios científicos; no entanto, registram conteúdos ricos em potencialidades analíticas (Cunha, 2004; Santiago, 2019).

Isto posto, com suporte de leituras bibliográficas e em aproximações etnográficas com os arquivos pessoais dessa autora, arriscamos afirmar que poucas foram as pesquisadoras que, em suas trajetórias formativas, tiveram espaços coletivos que oportunizassem discussões sobre as possíveis implicações de ser mulher e ser pesquisadora e assim pudessem impulsionar problematizações e desenhos de pesquisas científicas a partir dessa realidade. Em contrapartida, não considerar tal realidade significa obedecer a um padrão em que as pesquisas são constituídas e atravessadas por marcações e definições masculinas na teoria e na prática de nossas investigações, bem como da ciência como um todo.

De forma epistemológica, quais os desdobramentos dos estudos científicos feitos sem considerar questões de gênero? Historicamente, as pesquisas na psicologia em que se buscava compreender as diferenças entre mulheres e homens partiram da iniciativa dos últimos em conduções de investigações permeadas de conflitos de interesses e reforçadoras de mistificações biológicas (Nogueira, 2001), além de se concentrarem em distinções descritivas entre os sexos, homogeneizando todas as possibilidades existenciais de ser mulher (Hare-Mustin & Marecek, 1994). Na antropologia, na década de 1970, mobilizações questionaram a sub-representação e invisibilidade das mulheres nas produções etnográficas que, apesar de se proporem ao estudo de novas culturas e sociedades, davam vozes apenas aos homens nesses contextos (Bonetti, 2009). Quando olhamos especificamente algumas temáticas e alguns campos de pesquisas, não se torna difícil a identificação de investigações e discursos constituídos por homens sobre mulheres sem considerá-las, sendo exemplos a história e a história das mulheres, área e sub-área que ainda precisam ser aprofundadas em seus objetivos de pensar os fatos históricos pelas perspectivas delas (Del Priore, 1997). Trazendo de volta para nossa seara analítica, resgatamos Diniz (2015, p. 584) quando, a partir de sua trajetória de investigações com instituições totais, diz que “a pesquisa e a escrita

sobre a cadeia são de homens para homens”. Tanto tal afirmação quanto os exemplos acima citados sustentam, de forma inequívoca, a importância das discussões que aqui promovemos.

Colocar à luz as questões de mulheres pesquisadoras também se torna importante quando notamos o desequilíbrio de gênero na ciência e como a presença feminina, de forma preponderante no Brasil, concentra-se em algumas áreas de conhecimento, como as humanidades (Psicologia, Serviço Social, Educação), e em subáreas, como as das ciências da vida (Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição) e se torna diminuta em áreas em que culturalmente sempre houve hegemonia masculina (Engenharia, Ciências exatas e da terra). O desequilíbrio na presença de mulheres e homens na ciência se repete quando são consideradas concessões de bolsas por produtividade acadêmica. Como desdobramento desses dados de desequilíbrio de gênero nas ciências e em tempos de corte orçamentário na pesquisa brasileira, torna-se possível afirmar que as pesquisadoras são duplamente afetadas (Valentova et al., 2017). Possíveis relações entre ingresso e permanência de mulheres na carreira científica, desafios para o arranjo entre vida pessoal e carreira e o alcance de posições de prestígio e impacto na área de atuação são questões que ainda precisam ser estudadas de forma mais detida e aprofundada quando abarcamos a realidade brasileira. No entanto, já existem discussões e movimentos por maior equidade entre pesquisadoras e pesquisadores. Para isso, há reivindicações para serem consideradas de forma diferenciada, nas carreiras de pesquisadoras, os períodos de licença maternidade, de cuidados mais intensos de filhas e filhos pequenos e a consequente desaceleração na condução de projetos de pesquisa e produtividade acadêmica a partir dessas realidades, que fazem com que elas percam em competitividade quando comparadas igualmente com os pesquisadores (Canofre, 2018). Tais considerações aconteceriam, por exemplo, em editais de financiamento de pesquisas que usam avaliações de produtividade acadêmica como critério de concessão de bolsas (Prado & Fleith, 2012; Valentova et al., 2017). Desde o início de 2019, a partir de pressões de coletivos e de estudos evidenciando o impacto da maternidade, em especial, mas também da paternidade nas carreiras de cientistas, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão de fomento e incentivo da pesquisa no Brasil, estuda formas da inclusão voluntária no currículo acadêmico Lattes da informação de nascimento e adoção de filhas e filhos. Todavia, essa possibilidade ainda não se concretizou totalmente (Watanabe, 2019).

Como contribuinte para tais questões, esse texto se propõe a fazer análises e reflexões sobre os desafios do e no percurso metodológico de pesquisadoras. Tais apontamentos estão dispostos em quatro momentos. Inicialmente, discutimos a noção de gênero e recolhemos perspectivas metodológicas que denunciam a suposta neutralidade científica como sendo um engodo reforçador de uma ciência que privilegia o discurso masculino. Posteriormente, problematizamos as especificidades e desafios de ser mulher pesquisadora em contextos fortemente atravessados por discursos masculinos. Para essas indagações, temos o contexto prisional como cenário ilustrativo e fomentador para os questionamentos feitos e colocados em diálogos com a literatura que relata situações em que o desafio da pesquisa ampliou-se ou transformou-se pelo fato, em nosso entendimento e/ou das autoras, de ser uma pesquisadora em campo e não um pesquisador. Na sequência, no âmbito da produção de conhecimento, colocamos em perspectiva como questões de gênero podem atravessar relações e processos acadêmicos e atuar sobre eles. Por fim, tecemos algumas considerações.

## **IMPLICAÇÕES DE GÊNERO NO FAZER PESQUISA**

Assumimos, nesse texto, “gênero” como termo que, ao rejeitar o determinismo biológico, valoriza as dimensões relacionais, denunciando definições pautadas por conformidades normativas impostas histórica, social e subjetivamente, que estão, no caso do gênero feminino, revestidas por um discurso cristalizado de feminilidade. Dessa forma, encaramos gênero não como um conjunto de atributos de indivíduos, mas como um sistema de significações (Nogueira, 2001). Quanto à palavra “mulher”, seu uso neste texto se pautará pelo entendimento de que se trata de uma noção em processo e, dessa forma, não representa, ou assim pretende, universalizar as experiências da totalidade das pesquisadoras. Considerar as múltiplas representações e significados do termo mulher indica assumir que se “é” mulher, mas isso não é tudo que esse alguém é, havendo intersecções outras, como as políticas, culturais, raciais, e assim não há unidade no ser mulher (Beauvoir, 2014; Butler, 2019; Salih, 2018), percepção que deve ampliar-se de modo mais significativo ainda quando nos voltamos para o ser mulher em sociedades não ocidentais.

Pensar um contexto a partir da perspectiva das mulheres, ou estudar suas trajetórias, temáticas e vivências, requer termos em consideração que não há compreensão

analítica possível sobre elas em separado de um olhar para os homens. No entanto, fitar mulheres e homens em um ingênuo comparativo ou como partes de um sistema de reciprocidade reproduz, ao mesmo tempo em que ajuda, a mascarar uma estrutura de dominação que presumivelmente coloca o masculino como referência e escalona abaixo de si os demais (Butler, 2019). Dessa forma, considerar e problematizar as perspectivas e experiências de mulheres é romper tanto uma hegemonia do masculino como uma universalidade do ser mulher. Assim, assumimos como proposição nesse texto a busca por maior visibilidade e legitimidade às mulheres pesquisadoras como sujeitos políticos (Butler, 2019) e, assim, atuantes e capazes de produzir reflexões a partir de fenômenos e processos diversos, em um exercício de reexame de premissas, bem como do próprio trabalho científico (Scott, 1995).

À procura na literatura por materiais que tratassem das especificidades do/no processo metodológico de pesquisa realizado por mulheres, localizamos importantes discussões no contexto das chamadas metodologias feministas. São nomeadas por metodologias feministas os usos de diferentes perspectivas teóricas feministas que se colocam como contraponto às epistemologias e metodologias de uma ciência construída sobre ditames de positividade e de suposta neutralidade. Em um exercício fortemente crítico e de promoção de estratégias de mudança social (Narvaz & Koller, 2006), as metodologias feministas desconstróem as universalidades de uma ciência dominante que promoveu favoritismos e discriminações ao reforçar valores de um coletivo específico — homens brancos, ocidentais e de classe média — e marginalizar todos os outros (Neves & Nogueira, 2004). Assim, a neutralidade científica, tão apregoadada em algumas escolas metodológicas, esconde uma única dimensão, a masculina, em que qualquer afirmação sobre uma ciência neutra esconde uma falácia.

Em contribuição aos debates das metodologias femininas, Narvaz e Koller (2006) defendem a importância de dar visibilidade às contribuições de estudos e práticas feministas em contextos diversos, como a academia e a pesquisa. As epistemologias e metodologias feministas se sustentam, assim, na pluralidade por defenderem não haver uma só forma de produção de conhecimento. Ancoradas na crítica sobre uma suposta neutralidade científica, as autoras advogam que as perspectivas epistemológicas tenham gênero e as pesquisas constituídas neste universo valorizem e ecoem as experiências das investigadoras como conteúdos legítimos e, como tal, disponibilizadores de dados e saberes a serem ponderados cientificamente, desde que construídos e analisados sob

sustentação não sexista.

Metodologias que consideram questões de gênero contribuem para análises mais responsáveis e implicadas com a mudança social em contexto ampliado, mas especialmente nos espaços acadêmicos. Além disso, essas análises também tendem a ser menos pretensiosas por constituírem uma possibilidade de escapatória, para nós pesquisadoras, de sermos escravas de uma imparcialidade fictícia que serviria apenas para esconder que trazemos para o processo investigativo vestes culturais, sociais, políticos e históricos que estão marcados em nossa carne e em nossa existência e, como tal, na ciência que fazemos (Neves & Nogueira, 2005) ou não fazemos. Cercadas por um estatuto científico marginal (Narvaz & Koller, 2006), as produções de metodologias feministas encontram poucos espaços de reverberações em periódicos científicos, ficando restritas às revistas especializadas em temáticas de gênero e aprisionadas às disciplinas de graduação e linhas de estudo sobre gênero em programas de pós-graduação, inserções quase sempre fruto da militância feminista na Academia (Miguel, 2003; Narvaz & Koller, 2006) e não do resgate da experiência feminina como tentativa de democratização do discurso acadêmico com o uso de linguagens e repertórios não sexistas.

## **SER MULHER E PESQUISADORA EM CONTEXTOS ATRAVESSADOS PELO DISCURSO MASCULINO**

Parte fundamental do percurso da pesquisa científica é a inserção em alguns campos concretos de estudos. A consideração de possíveis especificidades envolvendo nós pesquisadoras nesses espaços é uma perspectiva ainda pouco presente quando constituímos nossos projetos de pesquisas. No entanto, a defesa da necessidade de discussões sobre essa possibilidade sustenta-se na compreensão de que as dimensões do trabalho de pesquisa em campo nunca são as mesmas para pesquisadoras e pesquisadores, distinções que tendem a ser ainda mais acentuadas em determinados contextos (Biondi, 2017; Diniz, 2015; Golde, 1986; Moreno, 2017; Santiago, 2019). Mesmo de maneira informal, em contextos da Academia se propagam discursos de que alguns campos e temas de pesquisa seriam demasiadamente difíceis ou até intragáveis para pesquisadoras, que atravessariam esses limites por sua conta e risco. Em contrapartida, também há suposições de que espaços e populações dariam mais fácil acesso a mulheres ou fenômenos seriam melhor ou mais facilmente investigados por pesquisadoras (Biondi, 2017; Moreno, 2017). Relatos de trabalhos de

campo de mulheres frequentemente trazem conteúdos marcados por gênero (Moreno, 2017), independente da temática estudada. Todos os contextos são atravessados por convenções e ordens de gênero; compreender os códigos sociais vigentes e colocar-se atuante diante desses se tornam necessários enquanto processo de respeito cuidadoso e genuíno de nossas pesquisas e de nossa vida (Santiago, 2019).

Em minha experiência de mais de uma década de pesquisa e intervenção em prisões masculinas, um contexto de predomínio do discurso masculino, houve algumas ocorrências em que fui “lembrada” de que sou mulher também nas pesquisas que faço, colocando em conflito os aprendizados da ciência “neutra” que obtive em minha formação. Em determinado projeto de intervenção<sup>2</sup> de atenção à saúde com acompanhamentos individuais de condenados por crimes sexuais, ainda no início da minha carreira, fui surpreendida pelo questionamento do diretor da unidade e um dos chefes de segurança se eu gostaria de vetar a participação na pesquisa de apenados encarcerados pelo crime de estupro, além de outros que poderiam ser “visualmente mais impressionáveis”, permitindo apenas a participação de presos por outras ocorrências sexuais e “melhor apresentáveis”. Diante de minha recusa, mostraram-se surpresos. Posteriormente, após maior proximidade com o chefe de segurança ele me confessou que naquele dia, me julgou imatura profissionalmente, ficando preocupado por achar que “eu daria trabalho” para ele quando em campo ao ofertar um recurso institucional e depois abandoná-lo, causando possíveis queixas dos presos pelo fim do espaço de atenção disponibilizado, reclamações que seriam dirigidas prioritariamente para ele. No entanto, seus receios eram de que eu estaria em maior evidência aos potenciais riscos que permeiam qualquer instituição prisional. No entendimento daquele chefe de segurança, escolher apenados mais comportados no cotidiano institucional ou “sem cara de esturador” contribuiria tanto para o sucesso de minha pesquisa-intervenção quanto para meu bem-estar e segurança ao não me expor como mulher e como pesquisadora, que ele julgava inconsequente, em um contexto predominantemente masculino. Em outras palavras, aquele homem, ao avaliar, sem minha solicitação, minha hipotética necessidade de proteção e tentar decidir por mim, reforçava sua posição de poder e dominação masculina, favorecida, sim, por sua posição institucional, mas sustentada por uma cultura de gênero historicamente constituída em que mulheres, em especial as mais jovens, são corpos vulneráveis (Beauvoir, 2014) que carecem de proteção masculina para a manutenção de sua integridade física e subjetiva. Esta noção de que a entrada de mulheres em alguns con-

textos de pesquisa as expõem evidencia regras tácitas de comportamento que deveriam ser obedecidas por todas, em nossas vidas, na condução de nossas investigações e, sobretudo, em alguns contextos, cabendo aos homens nos proteger quando de nossa teimosia (Moreno, 2017).

As dinâmicas implícitas e explícitas de relações e processos na instituição prisional são, de maneira mais ou menos intensas, orientadas por concepções de gênero que estabelecem funções e papéis bem definidos para homens e mulheres. Limites, que não estão restritos aos muros da prisão e, quando rompidos, podem trazer consequências (Biondi, 2009; Santiago, 2019). Quando da renovação da documentação de entrada na unidade prisional em que realizávamos pesquisa<sup>3</sup>, a falta de uma assinatura nos fez ir até a instituição em dia e horário distintos do costumeiro. Nessa data excepcional, coincidentemente, se realizava o dia de entrega de mantimentos deixados pelas famílias para os apenados da unidade, chamado “dia da sacola”. Para essa entrega, uma fila considerável se formara na portaria da instituição. As pessoas, fundamentalmente, mulheres, na espera, pela demora na revista obrigatória dos mantimentos, aglomeram-se sob o sol para demarcarem suas posições na burocracia da entrega daqueles mantimentos. Com a pressa para entrar na instituição, mas também pelo trâmite diferenciado, ignorei a fila, que, afinal, era exclusiva para a entrega, e me dirigi diretamente à portaria. Em meio a protestos e xingamentos de fura-fila, argumentei que não deixaria nenhuma sacola justamente por isso não tinha tomado um lugar na espera. Com falas mais ou menos enfáticas, as ocupantes daquele ritual semanal, sem considerar minha afirmação, falavam em retórica que eu deveria ser uma nova “tchôla madame”<sup>4</sup> que não tinha sido orientada. Por fim, a interferência do servidor da portaria permitiu minha entrada sem precisar aguardar. Posteriormente, em contato com a namorada de um apenado em outro contexto<sup>5</sup>, tentei entender o ocorrido. Ela me explicou que as “tchôlas madames” são mulheres que, por se relacionarem com presos de posições de poder e respeito na unidade, podem obter tratamentos diferenciados dependendo do presídio, como serem favorecidas com entrada prioritária ou dispensadas das filas em dia de sacola ou de visita, mas desde que não desrespeitem as “colegas”<sup>6</sup>, ou seja, desde que cheguem ao espaço de espera, façam circular quem são, entendam e respeitem as convenções de trato e comportamento local bem como os códigos éticos e morais de mulheres visitantes em um determinado presídio<sup>7</sup>. Uma visitante que não respeita esses códigos gera complicações aos presos a quem visitará, são eles que são cobrados pelo desrespeito às regras, já que cabe a eles a função de orientar os visitantes (Biondi, 2009).



Mesmo sendo os homens os aprisionados, ganha destaque como que essas figuras femininas da fila de espera são englobadas e articuladas em funções importantes nos processos internos ao presídio. Assim, em nossa leitura, como manutenção da estrutura social de relações de gênero da vida coletiva em liberdade, percebemos sua continuidade nos processos sociais da vida encarcerada, contexto regido por convenções de que a mulher em uma prisão (como visita, profissional técnica ou servidora de vigilância) ocupa papéis específicos em um ambiente em que as figuras femininas (companheiras, esposas, filhas, irmãs) são propriedades dos homens que vão visitar, a quem devem obediência (Santiago, 2019), sendo interditas em suas existências singulares (Biondi, 2009).

Na análise e discussão de dados em pesquisas, quais as possíveis implicações em não se considerarem as ocorrências que acima destacamos? A perspectiva de gênero atravessa ambas as situações, exercendo pressão para a manutenção em posições cristalizadas de ser mulher naquele contexto, o que se impõe sobre a pesquisadora e sobre a pesquisa. Posições, em nosso entendimento, que se esgarçam quando colocamos para a problematização de que tais situações não aconteceriam se ali estivessem pesquisadores ao invés de pesquisadoras e, dessa forma, considerar esses eventos como dados da pesquisa realizada por uma pesquisadora, com gênero demarcado e não com um gênero neutro, se torna fundamental.

Como exercício de abandono de leituras ingênuas do campo investigado e dos dados obtidos mediante a defesa da consideração do gênero na pesquisa, resgato outra situação. Certa vez, em um trabalho de pesquisa interventiva<sup>8</sup> com agentes prisionais com foco em atividades de atenção à saúde, um espaço individual de escuta e suporte psicológico na modalidade de pronto atendimento interno à instituição prisional foi ofertado para os trabalhadores da vigilância, em sua maioria, masculina. Nessa ocasião, estavam envolvidos no projeto tanto pesquisadoras quanto pesquisadores, que disponibilizavam para acesso coletivo seus horários de plantão para busca espontânea dos trabalhadores. Com o passar dos meses, notamos que a procura espontânea era proporcionalmente maior pelas pesquisadoras que pelos pesquisadores. Em tentativa de entendimento, notamos a constância, nos relatos de trabalhadores, dos dizeres de que era mais fácil falar sobre suas vivências no cotidiano de atuação no cárcere com as pesquisadoras. Havia discursos e colocações nos relatos dos atendimentos que nos permitiam compreender que o acolhimento dos acompanhados pelas pesquisadoras seria, na avaliação

deles, mais genuíno e as escutas delas mais “limpas” de julgamentos diante do compartilhamento de experiências permeadas de medo e sofrimentos psíquico e físico, que constantemente se desdobravam em sentimentos de vergonha pela própria presença das sensações. A confissão dessas vivências para as pesquisadoras seria mais fácil que para os pesquisadores, já que o risco era de que eles poderiam julgar duplamente os acompanhados: pela existência das vivências e pela impossibilidade em lidar com elas, que seriam indicativos de “fragilidade de sua virilidade”. A valorização da escuta das pesquisadoras a partir unicamente de seu gênero e não de sua formação ou experiência, sustentava-se em uma perspectiva de valor específico (Nogueira, 2001), ou seja, de que as mulheres possuem qualidades exclusivamente femininas, como ser maternal, saber dar suporte afetivo e outros. Como encaminhamento na pesquisa-intervenção a partir dessas constatações, decidimos no coletivo das pesquisadoras e pesquisadores colocar essas questões para reflexões com os próprios acompanhados, porém, até o limite em que a procura pelo espaço de apoio não ficasse comprometida. Dessa forma, colocar-se como pesquisadora e não negar em demasia certa expectativa de gênero, mas sim, permitir-se ser parte dela, serviu, naquele momento, como fomento para o processo da pesquisa e também como recurso de manutenção da procura pelo serviço de atenção à saúde.

Em outro projeto de pesquisa e intervenção grupal<sup>9</sup> de promoção à saúde com agentes prisionais em uma unidade masculina que durou cerca de três anos, houve uma situação única. Quando da troca planejada das pesquisadoras, alunas formandas em psicologia, na condução dos trabalhos grupais, outros dois pesquisadores, alunos de psicologia, assumiram como coordenadores após o retorno do intervalo previsto para o período de festas de fim de ano. O desligamento das colaboradoras foi informado anteriormente e, inclusive, problematizado no próprio espaço grupal quanto aos seus possíveis sentidos de ruptura do vínculo estabelecido ao longo de meses. No entanto, os primeiros encontros grupais após a chegada dos novos colaboradores foram marcados por comentários em tons provocativos. Os agentes perguntavam se os colaboradores eram “viados”, porque somente mulheres e “viados” faziam psicologia. A suspeita de que os alunos seriam viados confirmava-se também por um deles ter cabelo cumprido (aproximadamente na altura dos ombros), que apesar de estar sempre preso quando na instituição prisional, indicaria o quanto ele seria “mulherzinha”.

Entender gênero enquanto uma sequência de atos

encenados em um quadro rígido, enquanto “verbo” e não “substantivo” (Butler, 2019; Salih, 2018), significa perceber que as provocações citadas cumpriam funções de manutenção de um masculino cristalizado em uma formatação específica e naturalizada de ser homem. Tais questões podem ser lidas dessa forma, mas também enquanto estratégias de ataque aos novos colaboradores, que eram sujeitos que traziam marcadores visuais do gênero masculino cristalizados, na compreensão dos acompanhados pela pesquisa, na posição de características a serem desvalorizadas. O que torna analiticamente interessante destacar que algumas dinâmicas de construção da masculinidade a partir de representações de normas de gênero também oprimem os homens. Para os agentes, o estudo e a atuação como profissional da psicologia, o contato com conteúdos e expressões de subjetividade e afetividade, seriam exercícios restritos ao âmbito das mulheres (sensíveis e naturalmente acolhedoras) os homens que ousassem cruzar esses limites seriam sujeitos exilados em um espaço fronteiro dos gêneros, um espaço de liminaridade (Turner, 1974) e como tal, de entrelugares, de entre-existências, não sendo homens ou mulheres, mas sim, “viados”, “mulherzinhas”.

A promoção da analítica de gênero na inserção em alguns contextos também se pauta pela necessidade de evidenciar articulações reprodutoras de masculinidades tóxicas, como avaliamos ser o exemplo acima. Sculos (2017) afirma que a masculinidade tóxica se pauta pelo estabelecimento e uso do valor normativo de uma masculinidade atrelada à agressividade, sexismo, misoginia e homofobia, sendo igualmente prejudicial para mulheres e homens. Quando, a partir de tais sustentações, questionamos a imposição do masculino como padrão metodológico, também abrimos espaço para denunciar as ocorrências de enclausuramentos de formas diversas e singulares de viver o masculino e a imposição de uma única e normativa forma de ser homem e pesquisador, o que, como na situação das pesquisadoras, também precisa ser percebido como irreal e claustrofóbico. A necessidade de desmontar pré-definições do feminino e do masculino não significa o abandono de produções de entendimentos sobre suas especificidades em determinados grupos e contextos, como os recortados aqui.

Moreno (2017) aponta como que a inserção em alguns campos de pesquisa exige das pesquisadoras o entendimento quanto às convenções de gênero local, sob pena de comprometerem não só a pesquisa, mas a própria integridade física. É essa difícil aprendizagem, após sofrer violência sexual em campo, que a autora discute em um ensaio corajoso e rico teoricamente. Como parte de sua pesquisa de pós-graduação em Antropologia Social, a autora se inseriu e permaneceu meses em trabalho

de campo em uma pequena comunidade da Etiópia. Em suas análises, ela afirma ter vivido este campo por meio de uma falsa autoimposta cisão entre ser mulher (no âmbito privado) e ser pesquisadora neutra em campo (no âmbito público). Essa separação a impediu de fazer uma leitura das relações de gênero local ao longo do período de imersão, já que essa, as relações de gênero, não era um recorte previsto em sua pesquisa. Independentemente de sua postura, na Etiópia, ela foi percebida o tempo todo como mulher e assim sofreu os mesmos atravessamentos que acometiam as mulheres naquela comunidade, ou seja, o de ser tratada como uma mulher “sozinha”, sem marido, ou outros homens que a acompanhassem e a defendessem, sendo assim, uma “mulher sem dono”. A autora era percebida naquele contexto como uma “mulher de ninguém” e assim, disponível à mercê de investidas diversas, em especial, às sexuais. Vítima de insistentes tentativas de intimidade por parte de seu auxiliar de pesquisa, etíope, a autora viveu um conflituoso processo de tentar equilibrar a colocação de limites nas investidas e a manutenção de sua coleta de dados em campo, da qual o auxiliar era parte fundamental pelo contato social e linguístico, fundamental para a realização das entrevistas da pesquisa. Em seu extremo, a complexa situação se desfez de forma violenta: a autora foi estuprada por seu auxiliar sob a ameaça de uma arma. Como conclusão, ela aponta que uma certa ficcional vida “sem gênero” aprendida através das pragmáticas metodológicas foi um contribuinte para, mesmo em campo, não ter feito uma leitura deste pelo viés das possíveis especificidades de inserção de uma pesquisadora em um contexto fortemente atravessado por uma cultura em que as relações sociais hierarquizam mulheres a serem “propriedade” de homens e, desta forma, os obedecerem. Assim, a ausência dessas leituras, feitas somente *a posteriori*, a teria deixado suscetível às convenções de gênero local que se articulavam cotidianamente, independente de seu conhecimento ou de sua adesão, compreensão também feita por outras pesquisadoras em outros contextos (Biondi, 2009, 2017; Bonetti, 2009; Santiago, 2019).

## **SERIA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO UM FAZER PAUTADO PELO DISCURSO MASCULINO?**

Há poucos meses, ao receber o parecer de avaliação de um artigo com solicitação de revisões<sup>10</sup>, o parecerista destacou como no texto eu me identificava claramente como mulher, o que o fez passar a me tratar no feminino. Tal situação me fez perceber como, de forma equivocada, constantemente apagamos nosso gênero na escrita acadêmica-científica. Quando da escrita do artigo citado,

o assinalamento do meu gênero foi proposital a partir de certa desobediência acadêmica, que foi alimentada mais ainda pelos apontamentos do parecerista, levando-me a refletir sobre as artimanhas da promoção da negação do gênero pelo ambiente acadêmico.

Algumas escolas metodológicas, com forte defesa da objetividade, nos ensinam que a escrita científica se faz, de forma determinante, com o gênero linguístico masculino. No entanto, o que se apresenta com vestes de neutralidade baseia-se, na verdade, em uma lógica de mundo ordenado pela perspectiva do discurso masculino, inclusive na produção do conhecimento. Em uma reflexão crítica, apontamos que não há ciência neutra, há ciência e escrita científica cobradas para obedecerem a um enquadramento de gênero específico, o masculino, produzindo conhecimentos de proposição opressora e patriarcal por não só desconsiderarem a perspectiva feminina, mas por também a categorizarem como menos séria, como menos válida ou como evidência de falhas no processo metodológico.

Após sofrer violência sexual durante sua imersão no campo de pesquisa, Moreno (2017) relata como houve diversas reações de colegas ao saberem do ocorrido quando retornou para a Suécia com a intenção de dar continuidade à pesquisa de seu doutorado. Das colegas acadêmicas recebeu diversas expressões de empatia e apoio. O professor que estava em posição de supervisão da pesquisa, o que seria, em similaridade, a figura do orientador no Brasil, ele pouco reagiu, mas posteriormente, em conversas informais com outros estudantes, a autora viria a saber que o supervisor havia comentado que ela deveria ter agido como uma tola em campo. Outro professor do mesmo curso de pós-graduação ainda teria dito que tais coisas por vezes ocorriam com mulheres quando elas vão para determinados campos.

Uma especificidade metodológica, por vezes propagada implicitamente no contexto acadêmico, é a de que alguns campos de pesquisa seriam demasiadamente difíceis ou perigosos para pesquisadoras, percepção também presente em cenários de investigação, como destacada em uma das ocorrências acima descritas. Ao longo de minha trajetória investigando instituições penitenciárias, via de regra, fui questionada por colegas profissionais, mulheres e homens, se eu não tinha medo de adentrar um presidio. Tomada pela constância do questionamento, me detive para tentar compreender o que naquele cenário mobilizava tantos inquisidores; inclusive, pude indagar alguns sobre isso. Certas questões se destacaram. O fato de ser um contexto permeado de pessoas impositivamente restritas de liberdade e com tra-

jetórias de envolvimento em atividades ilícitas geravam receios pela sempre presente ameaça de riscos à vida; no entanto, o destaque estava na certeza de ser aquele um ambiente eminentemente masculino e, completo, fortemente machista.

Em discernimento semelhante, Biondi (2017) confessa como que por vezes foi tomada por sentimentos de raiva devido a intercorrências machistas em sua pesquisa de campo em espaços urbanos chamados de “quebradas”<sup>11</sup>. Sem negá-los, pelo contrário, trazendo-os para suas análises, a autora admite que suas reações enfiadas invadiram seus cadernos de campo, mas ali também foram expurgados com o auxílio de seu sempre retomado e (re)elaborado desejo por pesquisar aquele contexto e aqueles interlocutores, bem como reconhecer seus limites como mulher e como pesquisadora. Certa vez, buscando novas formas de estabelecer contatos em campo, Biondi (2017) diz ter ficado enfurecida quando foi orientada por um interlocutor a trazer seu marido como um potencial facilitador para novos acessos àquele universo, predominantemente masculino. Reagindo com firmeza e demarcando sua indignação com a proposição, a autora encerrou qualquer diálogo com aquele sujeito e por consequência, também com aquela vizinhança, perdendo aquele campo de pesquisa como possibilidade para a construção de informações.

Contemplar nas análises nossas experiências de mulheres ocorridas na imersão no campo ou, como coloca Biondi (2017), contemplá-las como rendimentos analíticos para a pesquisa, são questões também necessárias de serem problematizadas. Algumas perspectivas metodológicas qualitativas colocam em pauta a necessidade de incluir na análise dos dados de pesquisa as condições e dificuldades de interpretação, estratégia sustentada pela compreensão de que são dimensões do próprio processo de objetivação da realidade estudada que não pode ser desvinculada do envolvimento pessoal daquela ou daquele que investiga (Minayo, 2012). Não há como contemplar nossas experiências sem, em certa medida, nos expor subjetivamente. Delinear e decidir sobre o quanto estamos dispostas a teorizar nossas vivências se torna primordial, ao mesmo tempo em que devemos reconhecer e respeitar os limites impostos por outras pesquisadoras e pesquisadores quanto à decisão de se resguardarem desse mergulho. Ao apontarmos o quanto nossos conteúdos pessoais e nossos conteúdos de investigação se misturam a ponto de, por vezes, não conseguirmos perceber suas fronteiras (e elas, existem?), os conteúdos marcados por gênero voltam à pauta. A cobrança por uma pesquisa “sem gênero” e as críticas de um fazer



acadêmico-científico atravessado ou contemplador de nossas experiências de ser mulher e ser pesquisadora reverberam na necessidade de problematizar como nossa condição de mulher produz uma implicação em certo momento da nossa analítica, ou seja, o quanto questões pragmático-metodológicas da pesquisa colocam questões teórico-metodológicas (Biondi, 2017).

Defendemos que procedimentos e rituais do universo acadêmico precisam ser questionados sobre o quanto também são invadidos pela fantasia de uma pesquisa sem gênero. Assim como Moreno (2017) relata o quão pouco amparada se sentiu (no âmbito pessoal e formativo) por seus supervisores acadêmicos quando retornou para a pós-graduação após ser estuprada no campo de pesquisa, fazemos a provocação de possíveis discussões futuras que se dediquem a pensar o quanto uma relação de orientação acadêmica pode se diferenciar em seu potencial de ensino-aprendizagem conforme sua escuta seja feminina ou masculina, não em suas concepções biológicas, mas em seu potencial de manutenção ou ruptura das questões aqui já elencadas. Outro ponto de provocação, também para outra oportunidade, seriam as especificidades quanto ao acolhimento e avaliação de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado a partir de uma banca de defesa que fosse feminina, masculina ou mista. Tanto a relação de orientação quanto a submissão de um trabalho acadêmico para uma banca de avaliação são procedimentos que podem ter fortes implicações nos caminhos de uma pesquisa, cabendo à pesquisadora e ao pesquisador se responsabilizar e defender suas escolhas. No entanto, daqueles que possuem ou já tiveram vínculos e relações, como aluno ou orientador, com cursos de pós-graduação, acredito que muitos teriam o que dizer sobre os impactos que esses processos podem produzir no desenho e na condução de uma investigação, assim como na qualidade das interlocuções sobre questões de gênero na pesquisa. Ignorar esses elementos é, mais uma vez, cair na armadilha da neutralidade científica, mas, agora, nos rituais acadêmicos. Parece muito claro que a Psicologia trabalha com a escuta; mesmo em outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia, Antropologia e outras, a capacidade da escuta sensível, analítica e compreensiva é percebida uma habilidade importante de se utilizar nos contextos de atuação. No entanto, sugerimos para que possamos nos questionarmos sobre o quanto nossa escuta profissional e científica é afetada pela pessoa que somos, e como tal, por nossa identidade. Considerando que nossa identidade é constituída em e por nossas experiências objetivas e subjetivas, defendemos que a orientação de uma professora ou um professor quanto ao trabalho de campo e a pesquisa realizada por pesquisadoras terá, certamente,

perspectivas de gênero, independente da temática de estudo da própria pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos e os apontamentos feitos nesse artigo não devem ser lidos como uma defesa de que nós, mulheres e pesquisadoras, devemos esperar que os espaços acadêmicos e científicos se abram e passem a valorizar perspectivas de gênero nos percursos formativos e trajetos metodológicos de nossas pesquisas, bem como em nossas escritas. Assim, as discussões aqui feitas, ou seja, a de refletir sobre os percalços do e no percurso científico de pesquisadoras, tornam-se necessárias. Historicamente, o lar foi concebido como lugar natural das mulheres (Del Priore, 1997; Nogueira, 2001; Beauvoir, 2014), mas muitas dessas conseguiram ocupar os bancos universitários mediante lutas e reivindicações.

Em quais posições e em que dimensões efetivamente as mulheres estão nos meios acadêmicos e científicos? Dados mostram que o reconhecimento e o prestígio feminino na ciência ainda estão em desequilíbrio quando comparados aos masculinos, embora já haja reivindicações por maior equidade (Canofre, 2018; Prado & Fleith, 2012; Valentova et al., 2017), que poucos alcançam a problematização de como a produção do conhecimento científico considera, ou não, perspectivas de gênero de experiências de pesquisadoras no contexto acadêmico, ambiente que zela um saber e um fazer científico falsamente neutro (Biondi, 2017; Bonetti, 2009; Hare-Mustin, & Marecek, 1994; Moreno, 2017).

Beauvoir (2014) afirma que as experiências do âmbito pessoal têm potência política, sendo necessário, para isso, romper limites entre aspectos privados e públicos e sustentando que quaisquer práticas ou fenômenos sociais podem se tornar pontos de reflexão política e auxiliar na desconstrução de invisibilidades, como as evidenciadas aqui. Dessa forma, nossa principal consideração nesse texto é quanto à seguinte questão: se não existe uma vida sem gênero, por que deveria haver uma ciência sem gênero? Percebemos a necessidade de ampliarmos e fortalecemos os fundamentos e as sustentações epistemológicas, metodológicas e acadêmicas que promovam exercícios de subversão de um gênero dominante e de subversão da ideia de uma pesquisa neutra. Vimos, por meio dos relatos dessa autora e pelos materiais recolhidos, que toda imersão em um campo de pesquisa acessa conteúdos atravessados por convenções de gênero. São significados constituídos e propagados por manuais do fazer pesquisa “sem gênero” a partir de no-

ções oficiosas de que haveria locais mais ou menos adequados para mulheres e pesquisadoras, mais ou menos seguros e mais ou menos suportáveis. Quando atravessados, vamos por nossa conta e risco, ou em julgamento de colegas, em sua maioria homens, por ingenuidade e imaturidade quanto aos desafios daquele campo. Ler e se posicionar criticamente diante, e como parte, desses ditames são estratégias necessárias para preservar a validade de nossas experiências em variados contextos de pesquisas, cuidando tanto de nossas investigações quanto, por vezes, de nossa integridade. E após tudo isso, ainda nos permitir contemplá-los como rendimentos analíticos.

No ambiente acadêmico há esforços voltados para promover um apagamento de gênero. A escrita é masculina, a proposição é masculina, os manuais metodológicos, em sua quase unanimidade propagam uma ciência sem gênero. Assumir que somos mulheres e fazemos pesquisas é reivindicarmos que a academia e a ciência valorizem essas perspectivas sem bradar contra nós acusações de estarmos blasfemando a metodologia científica.

Por fim, reforçamos a importância de nós pesquisadoras assumirmos, em nossos estudos, análises e escritas, perspectivas de gênero, assim como de que nossas alunas e alunos tenham espaços coletivos para problematizar essas questões. E esse texto se coloca como contribuinte.

## DECLARAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara que não há conflitos de interesse neste artigo

## REFERÊNCIAS

- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Biondi, K. (2009). *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/188>
- Biondi, K. (2017). Pesquisar (n) o crime: A transformação das dificuldades pragmáticas em prazer analítico. *Cadernos de Campo*, 26(1), 294-308. <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142936>
- Bonetti, A.L. (2009). Etnografia, gênero e poder: Antropologia feminista em ação. *Mediações*, 14(2), 105-122. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4509/3790>
- Butler, J. (2019). *Problemas de gênero*. Civilização Brasileira.
- Canofre, F. (2018, 13 de Novembro). Produção científica de pesquisadoras cai após maternidade, diz estudo. *Folha de São Paulo*. <https://folha.com/jo03dvgc>
- Cunha, O.M.G. (2004). Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo. *Mana*, 10(2), 287-322. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=pt&nrm=iso)
- Del Priore, M. (1997). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Diniz, D. (2015). Pesquisas em cadeia. *Revista Direito GV*, 11(2), 573-586. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322015000200573-&lng=en&nrm=iso&tlngpt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200573-&lng=en&nrm=iso&tlngpt)
- Golde, P. (1986). *Women in the field: Anthropological experiences*. University of California Press.
- Hare-Mustin, R.T., & Marecek, J. (1994). Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism & Psychology*, 4(4), 531-537. [https://www.researchgate.net/publication/232525124\\_IV\\_Asking\\_the\\_Right\\_Questions\\_Feminist\\_Psychology\\_and\\_Sex\\_Differences](https://www.researchgate.net/publication/232525124_IV_Asking_the_Right_Questions_Feminist_Psychology_and_Sex_Differences)
- Miguel, S. M. (2003). Publicando nas ONGs feministas: Entre a academia e a militância. *Revista Estudos Feministas*, 11(1), 271. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9506>
- Minayo, M. C. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, 17, 621-626. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>
- Moreno, E. (2017). Estupro em campo: Reflexões de uma sobrevivente. *Cadernos de Campo*, 26(1), 236-266. <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/146675>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11(3), 647-654. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: A ciência ao serviço da mudança social. *Revista Ex Aequo*, 11, 123-138. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64400/2/87806.pdf>

Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 408-412. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>

Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>

Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Relume-Darumá.

Prado, R. M., & Fleith, D.S (2012). Pesquisadoras brasileiras: Conciliando talento, ciência e família. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(2), 19-34. <http://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=229023851003>

Salih, S. (2018). *Judith Butler e a teoria queer*. Autêntica.

Santiago, E. (2019). Etnografia encarcerada: Notas sobre modos de ser e viver no intramuros prisional. *Revista Espaço Acadêmico*, 215, 32-43. <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/46212/751375139698>

Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47. <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/63371>

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Sociedade*. 20(2), 71-99.

Sculos, B. W. (2017). Who's afraid of 'toxic masculinity'?. *Class, Race and Corporate Power*, 5(3), 1-7. <https://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1108&context=classracecorporatepower>

Turner, V. (1974). Liminaridade e "communitas". In V. Turner. *O processo ritual: Estrutura e anti-estrutura* (N.C. Castro, Trad.). (116-159). Vozes. (Obra original publicada em 1969).

Valentova, J. V., Otta, E., Silva, M. L., & McElligott, A. G. (2017). Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science. *PeerJ*, 5, e4000. <https://peerj.com/articles/4000/>

Watanabe, P. (2019, 27 de Março). Currículo Lattes vai incluir períodos de licença maternidade e paternidade. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/03/curriculo-lattes-vai-incluir-periodos-de-licenca-maternidade-e-paternidade.shtml>

Data de Submissão: 22/07/2019

Primeira Decisão Editorial: 22/11/2019

Aceite em: 01/12/2019

## NOTAS

1 – Indicaremos em notas o contexto e os anos das ocorrências citadas. Por serem fundamentalmente atividades universitárias realizadas como parte de atribuições docente, elas congregaram estagiários de Psicologia, alunos de iniciação científica e alunos de pós-graduação.

2 - Projeto de Extensão Universitária, 2007.

3 – Projeto Integrado de Extensão e Pesquisa Universitária, 2016.

4 - Na gíria dos presídios, é chamada de "tchôla" a namorada, amante ou prostitua que se relaciona com o apenado, mas nunca a esposa, sendo uma "mulher de bandido". Acompanhada da palavra "madame", indica ser uma mulher que se relaciona com algum preso de posição importante no coletivo de ilícitos ou facções daquele presídio.

5 – Projeto de Pesquisa, 2018.

6 - Nos presídios são chamadas de "colegas" as pessoas que também visitam algum apenado.

7 – Cabe o esclarecimento de que as convenções de espera para visita em um presídio são definidas por acordos implícitos entre os visitantes e podem variar conforme o presídio.

8 - Projeto Integrado de Extensão e Pesquisa Universitária, 2014.

9 - Projeto Integrado de Extensão e Ensino Universitário, 2012.

10 – Artigo científico com temática de gênero, 2019.

11 - Expressão referente a um espaço urbano, nem sempre geográfico ou territorialmente demarcado, pelo qual circulam pessoas e processos.